

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CONSELHO-DIRETOR

ATO DA PRESIDENTE

RESOLUÇÃO INEA Nº 82 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS DE FUNÇÕES DE COMPETÊNCIA DAS AGÊNCIAS DE ÁGUA PARA A SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAL NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI ESTADUAL Nº 5.639, DE 06 DE JANEIRO DE 2010.

A PRESIDENTE DO CONSELHO-DIRETOR DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, reunido no dia 11 de novembro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, XVIII do Decreto Estadual nº 41.628, de 13 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Os procedimentos a serem adotados pelas entidades delegatárias de funções de agência de água para a seleção e recrutamento de pessoal técnico e de apoio necessários ao desempenho de suas atribuições observarão as normas previstas nesta Resolução.

Art. 2º- A seleção de pessoal realizada pelas entidades delegatárias com recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e transferidos por intermédio do contrato de gestão firmado com o INEA dar-se-á por meio de processo seletivo, o qual observará os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - O processo seletivo poderá ser executado pela própria entidade delegatária ou por instituição especializada, contratada, observadas, neste caso, as disposições da norma especificamente editada pelo INEA para contratação de obras e serviços pelas entidades delegatárias de funções de Agência de Água, nos termos da Lei Estadual nº 5.639, de 06 de janeiro de 2010.

§ 1º- A contratação de instituição especializada não exime a responsabilidade sobre a idoneidade do certame da entidade delegatária, que deverá manter comissão organizadora do processo seletivo.

§ 2º - É vedada a contratação de instituição especializada que, a par da organização e realização de concursos, ministre cursos preparatórios para concursos públicos.

§ 3º - É vedada à instituição especializada contratada na forma do caput a subcontratação de qualquer parcela do objeto capaz de interferir na preservação do sigilo das provas e gabaritos e na isonomia de tratamento aos candidatos.

Art. 4º- O processo seletivo se fará por provas e títulos, com entrevista e etapas eliminatórias e classificatórias, de acordo com a natureza e a complexidade das funções a serem exercidas por cada categoria profissional.

§ 1º- A prova de títulos e a entrevista serão exclusivamente classificatórias.

§ 2º- Serão considerados como títulos aqueles que guardem afinidade com as atribuições do cargo ou contribuam para o seu aperfeiçoamento.

§ 3º- Na previsão de atribuição de pontos para títulos, é vedada a indicação de órgão ou entidade específicos, públicos ou privados, para efeito de apuração de experiência profissional, de formação acadêmica ou de aperfeiçoamento técnico.

§ 4º- O edital do concurso que previr prova de títulos conterá obrigatoriamente cláusula prevendo os títulos aceitáveis, sua respectiva pontuação singular e o máximo de pontuação para cada espécie de título apresentado.

Art. 5º - Excepcionalmente para os casos abaixo elencados, a seleção de pessoal de que trata o artigo anterior será feita por processo seletivo simplificado mediante a apreciação de currículos dos candidatos, prova de títulos e entrevista, na forma estabelecida em edital com ampla divulgação de todas as fases do processo de recrutamento e seleção:

I - contratações para apoio à execução do Cadastro Ambiental Rural;

II - contratações pós-assinatura do contrato de gestão para apoio imediato à implementação da entidade delagatária de funções de Agência de Água.

§ 1º - As contratações de que trata o inciso I deste artigo serão feitas por tempo determinado, pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período.

§ 2º - As contratações de que trata o inciso II deste artigo serão feitas por tempo determinado, pelo prazo de até 01 (um) ano.

§ 3º - As pessoas físicas selecionadas através do processo simplificado estipulado no *caput* deste artigo poderão participar da seleção de que trata o art. 4º desta Resolução.

Art. 6º- O edital estabelecerá a quantidade de vagas, com as respectivas remunerações e atividades a serem desempenhadas, além das condições para inscrição no concurso, local de trabalho, requisitos para a investidura, forma de julgamento das provas e dos títulos e prazo de contratação.

Art. 7º- O extrato do edital do processo seletivo deverá ser publicado em jornal de grande circulação, informando-se que estará disponibilizado, de forma integral, nos endereços eletrônicos do INEA e da entidade delegatária.

§ 1º - O edital e os demais documentos relativos ao processo seletivo deverão ser arquivados na entidade delegatária, pelo período de três anos, à disposição dos órgãos de fiscalização.

§ 2º - O edital e os demais documentos relativos ao processo seletivo deverão ser arquivados na entidade delegatária ou no respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, quando da hipótese prevista no art. 4º- A, inciso II, pelo período de três anos, à disposição dos órgãos de fiscalização.

Art. 8º- Fica proibida a contratação de servidores ou empregados da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias ou controladas, ressalvados os casos autorizados por lei.

Art. 9º- Os ocupantes de cargo de direção ou executivo da entidade delegatária, remunerados com recursos repassados pelo INEA, deverão possuir reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional e notórios conhecimentos técnicos comprovados e compatíveis com a natureza das funções a serem desempenhadas.

Art. 10 - Em caso de substituição da entidade delegatária de funções de agência de água, observadas as condições do concurso realizado, a entidade sucessora destas funções poderá contratar os empregados selecionados pela entidade delegatária sucedida, desde que:

I - a entidade delegatária sucedida tenha rescindido o contrato de trabalho dentro dos trinta dias anteriores à data da rescisão do contrato de gestão com o INEA; e

II - a entidade sucessora promova a contratação dos empregados dentro de trinta dias, contados a partir da celebração do contrato de gestão com o INEA.

Art. 11- Fica revogada a Resolução INEA nº 14, de 09 de agosto de 2010, publicada no D.O. de 13 de agosto de 2010.

Art. 12- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013

MARILENE RAMOS
Presidente

Id: 1600318. A faturar por empenho

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone:

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA INEA/PRES Nº 502 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

RECONHECE COMO RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL, EM CARÁTER DEFINITIVO, A RPPN RILDO DE OLIVEIRA GOMES II, SITUADA NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS - RIO DE JANEIRO.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Estadual nº 40.909, de 17 de agosto de 2007, que dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, unidade de conservação de proteção integral no território do Estado do Rio de Janeiro,

- a Portaria INEA/RJ/PRES nº 415, de 25 de fevereiro de 2013, que trata do reconhecimento provisório da área como RPPN, e

- o Procedimento Administrativo INEA nº E-07/506.650/2011, em especial a documentação referente à averbação da área de RPPN na matrícula do imóvel,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconhecer a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN RILDO DE OLIVEIRA GOMES II como unidade de conservação de proteção integral situada no Estado do Rio de Janeiro, integrando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Parágrafo Único - O reconhecimento de que trata esta Portaria possui caráter perpétuo, sendo que a extinção ou a redução dos limites da RPPN somente poderá ocorrer mediante lei específica, conforme estabelecido no art. 8º do Decreto Estadual nº 40.909/2007.

Art. 2º - Na RPPN somente é permitido o desenvolvimento de atividades científicas, culturais, educacionais, recreativas, interpretativas e turísticas, de acordo com o seu Plano de Manejo e com o disposto na Lei Federal nº 9.985/2000.

Art. 3º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei Federal nº 9.985/2000, no Decreto Estadual nº 40.909/2007 e na Resolução SEA nº 38/2007.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas a esta RPPN sujeitarão os responsáveis às penalidades e sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2013

MARILENE RAMOS
Presidente

Id: 1600061. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DA PRESIDENTE
DE 28.11.2013

APOSENTA o servidor SEBASTIÃO FLORÊNCIO FILHO, Auxiliar Operacional, Classe II, Nível F, matrícula nº 360.518-5, Id. Funcional 2025022, do Quadro I, tendo por base legal o art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-07/002.18567/2013.

Id: 1600322. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHOS DA PRESIDENTE
DE 28.11.2013

PROCESSO Nº E-07/502.196/2011 - AUTORIZO a concessão do adicional de qualificação instituído pela LEI Nº 5757 de 29 de junho de 2010, ao servidor abaixo mencionado, com base na avaliação da Comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão do referido adicional, designada pela Portaria INEA PRES Nº 194 de 18/01/2011 e suas alterações, regulamentada pela resolução INEA Nº 29 DE 29 de dezembro de 2010.

Nº do Processo	Nome	Qualificação	Concessão a partir de:
E-07/002/17056/13	Michel Bastos Silva	Mestrado	01/12/2013

PROCESSO Nº E-07/502.196/2011 - AUTORIZO a concessão por prazo indeterminado do adicional de qualificação instituído pela LEI Nº 5757 de 29 de junho de 2010, ao servidor abaixo mencionado, considerando o cumprimento integral do §2º, art. 5º, da Resolução INEA Nº 29 de 29/12/2010, revogando dispositivos anteriores.

Nº do Processo	Nome
E-07/002/13989/13	Ubirajara Mendes Nunes

Id: 1599959. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

CORREGEDORIA

ATOS DO CORREGEDOR
DE 29.11.2013

DESIGNA, como Sindicante, o servidor ANTÔNIO DA SILVA FREITAS, matrícula nº 390.276-4. Fixa, outrossim, o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para conclusão dos trabalhos. Processo nº E-07/002.18636/2013.

DESIGNA, como Sindicante, o servidor MARCELO CEOLIN VICTOR DE SOUZA, matrícula nº. 390.408-3. FIXA, outrossim, o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação para conclusão dos trabalhos. Processo nº E-07/002.18637/2013.

PRORROGA, por 10 (dez) dias, a contar de 02/12/2013, o prazo de conclusão do processo de sindicância sumaria nº E-07/002.2252/2013.

Id: 1599971. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESPACHO DA DIRETORA
DE 28.11.2013

PROC. Nº E-07/201.455/2002 - FICA INDEFERIDO o requerimento de Licença de Operação em nome da empresa O. A. M. COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, para realizar as atividades de limpeza e higienização de reservatórios de água, conforme documento de indeferimento N.IN025285, com base nos autos do processo em referência.

Id: 1599995. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00130137

NOME:	POSTO D COMBUSTÍVEL BALNEÁRIO DAS GARÇAS LTDA
CNPJ/CPF Nº:	06.999.507/0001.87
ENDEREÇO:	AV. 1, S/N, LOTE 242-A, BALNEÁRIO DAS GRAÇAS
INFRAÇÃO:	ARTIGO 84 C/C O ART 2º, INCISO II DA LEI ESTADUAL Nº3.467/2000
MUNICÍPIO:	RIO DAS OSTRAS
PENALIDADE:	R\$20.729,38
PROCESSO:	E-07/002.14380/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00140138

NOME:	AUTO POSTO PRAIA ANCORA LTDA
CNPJ/CPF Nº:	14.562.922/0001-05

ENDEREÇO:

AV. DAS CASUARINAS, LT 10, QD 4, RES. PRAIA ANCORA

INFRAÇÃO:

ARTIGO 95 C/C O ART 2º, INCISO II DA LEI ESTADUAL Nº 3.467/2000

MUNICÍPIO:

RIO DAS OSTRAS

PENALIDADE:

R\$ 6.038,71

PROCESSO:

E-07/002.15702/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPIBEAI/00139986

NOME:	TRANSALVINI - TRANSPORTES SALVINI LTDA
CNPJ/CPF Nº:	29.302.973/00139986
ENDEREÇO:	ESTRADA DO CARANGOLA, 1355, CARANGOLA - PETRÓPOLIS
INFRAÇÃO:	ARTIGO 76 DA LEI ESTADUAL Nº 3467 DE 14/09/20000 - PELO NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGENCIAS CONTIDAS NA NOTIFICAÇÃO SUPPINOT/01022738, RECEBIDA EM
	11 DE JUNHO DE 2013 COM PRAZO DE VALIDADE DE 30 DIAS. A REFERIDA NOTIFICAÇÃO REITERA A NOTIFICAÇÃO SUPPINOT/01006823, ATÉ O MOMENTO NÃO ATENDIDA.
MUNICÍPIO:	PETRÓPOLIS
PENALIDADE:	R\$ 1.292,38
PROCESSO:	E-07/002.15171/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPIBEAI/00139991

NOME:	ACART - ABASTECEDORA DE CARNES TERESÓPOLIS LTDA
CNPJ/CPF Nº:	02.727.324/0001-51
ENDEREÇO:	RUA PACHE DE FARIA, 350, SÃO PEDRO - TERESÓPOLIS
INFRAÇÃO:	ARTIGO 76 DA LEI ESTADUAL Nº3467 DE 14/09/20000 - PELO NÃO ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÃO Nº SUPPIB-NOT/01022936
MUNICÍPIO:	TERESÓPOLIS
PENALIDADE:	R\$ 1.288,83
PROCESSO:	E-07/002.13425/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPPIBEAI/00139974

NOME:	PREFEITURA MUNICIPAL DE AREAL
CNPJ/CPF Nº:	39.554.605/0001-60
ENDEREÇO:	PRAÇA DUQUE DE CAXIAS, 39, CENTRO - AREAL
INFRAÇÃO:	ARTIGO 76 DA LEI ESTADUAL Nº 3467 DE 14/09/20000 - NÃO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES CONTIDAS NA NOTIFICAÇÃO Nº SUPPIB-NOT/01016745.
MUNICÍPIO:	AREAL
PENALIDADE:	ADVERTÊNCIA
PROCESSO:	E-07/002.13431/2013

Id: 1599619. A faturar por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE CONSTATAÇÃO Nº SUPLAJCON/01006868

NOME:	COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO DE SILVA JARDIM
CPF/CNPJ Nº:	28.741.171/0001-90
ENDEREÇO:	RODOVIA BR-101 KM 236 - BOQUEIRÃO
INFRAÇÃO:	ART. 2 INC E ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	SILVA JARDIM
PROCESSO Nº	E-07/002.10911/2013

AUTO DE CONSTATAÇÃO Nº SUPLAJCON/01005941

NOME:	CARLOS ALBERTO DIAS
CPF/CNPJ Nº:	249.024.386-15
ENDEREÇO:	RUA CAPITÃO VERGARA, Nº200 - COQUEIRAL
INFRAÇÃO:	ART. 2 INC E ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	ARARUAMA
PROCESSO Nº	E-07/002.3995/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJCON/00139760

NOME:	VITOR ROSA MARINHO DA SILVA
CPF/CNPJ Nº:	13.477.836/0001-23
ENDEREÇO:	RUA SALOMÃO GINSBURG, Nº 109
INFRAÇÃO:	ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	CASEMIRO DE ABREU
MULTA:	R\$ 1.255,16
PROCESSO Nº	E-07/002.3845/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJCON/00139760

NOME:	ALTAMIR VIGNOLI DOS SANTOS
CPF/CNPJ Nº:	278.848.647-20
ENDEREÇO:	AVENIDA SAGUAREMA,3709
INFRAÇÃO:	ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	SAGUAREMA
MULTA:	R\$ 1.303,88
PROCESSO Nº	E-07/002.10059/2013

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJCON/00139760

NOME:	MANUEL PEREIRA DE SOUZA
CPF/CNPJ Nº:	323.657.647-20
ENDEREÇO:	AVENIDA SAGUAREMA,456 - CENTRO
INFRAÇÃO:	ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	SAGUAREMA
MULTA:	R\$ 1.150,13
PROCESSO Nº	E-07/002.9429/2013

AUTO DE CONSTATAÇÃO Nº SUPLAJCON/01007630

NOME:	JOÃO CARLOS ALVES DE SOUZA
CPF/CNPJ Nº:	006.515.527-02
ENDEREÇO:	PRAIA DA TARTARUGA, QUIOSQUE Nº 05 - TARTARUGA
INFRAÇÃO:	ART. 2 INC, II, ART 70 E ART. 76 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	ARMAÇÃO DOS BUZIOS
PROCESSO Nº	E-07/002.13567/2013

AUTO DE CONSTATAÇÃO Nº SUPLAJCON/01007981

NOME:	MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA
CPF/CNPJ Nº:	10.671.533/0001-59
ENDEREÇO:	ROD. RJ-106KM 116 FAZENDA SÃO MAITEUS
INFRAÇÃO:	ART. 2 INC.II E ART. 62 - LEI ESTADUAL Nº 3467/2000
MUNICÍPIO:	SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCESSO Nº	E-07/002.17719/2013